



SILVEIRA FILHO, J da. Discutindo a crise da economia brasileira: a PEC 241. **Janela Econômica**, Curitiba: ano 11, n. 5, novembro, 2016. ISSN 2358-3525

## Discutindo a Crise da Economia Brasileira: a PEC 241

José da Silveira Filho<sup>1</sup>

O objetivo deste breve escrito é elaborar material de apoio pedagógico para contribuir ao esclarecimento de certas providências de política econômica em vias de serem tomadas pelo Poder Executivo por motivo da crise que a economia brasileira atravessa neste momento. São medidas polêmicas que despertam celeumas, dúvidas e inclusive justos temores nos cidadãos brasileiros pois eles vão sentir na carne e na pele o que há de ser implementado nos próximos dias e meses. Assim sendo, é necessário debater os temas mais candentes e proporcionar uma visão mais transparente dos fatos.

Em primeiro lugar é dever destacar o caráter cíclico de toda economia capitalista. Ela experimenta obrigatoriamente períodos de expansão e, em seguida, de retração como um fenômeno inseparável de seu comportamento. Não importa qual o governo com as cores ideológicas que seja pintado, o ciclo vai surgir. Muitas vezes os determinantes da expansão podem ser também quase os mesmos que acarretam a contração econômica. Por ser de igual modo capitalista, a economia brasileira vai ser permeada por tais mutações. O que desperta assombro é a intensidade desta crise e a magnitude que alcançou como a mais severa de todas desde que as instituições oficiais tem registro das medições estimativas do PIB.

O segundo aspecto aponta o caráter de forte cunho político dessa crise. Economia e política são matérias intercomunicantes, todavia o componente político está merecendo um sobressalto à beira da insensatez pela maneira como as coisas tem sido conduzidas principalmente no que diz respeito à Operação Lava Jato. Essa investida míope fulmina a formação de investimento de infraestrutura com imediata repercussão no efeito multiplicador de renda e no emprego massivo para a classe trabalhadora. Diretores e empresas de engenharia são penalizados em concomitância quando deveriam ser colocados em separado. Separar o réu indivíduo da instituição coletiva que é a empresa com dimensão social a cumprir.

O terceiro aspecto reside no papel do Estado com sua capacidade de reunir instrumentos capazes de conduzir à reversão da crise e é nesse sentido que se encaixa o gerenciamento das contas públicas do orçamento da União. O mais delicado está nas providências que incidem na totalidade do gasto público e, por conseguinte, refletem na

---

<sup>1</sup> Economista. Graduado pela Universidade Federal do Paraná. Professor da disciplina de Economia Brasileira Contemporânea das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

proteção aos trabalhadores mais pobres cuja preservação da renda ajuda a sustentar o fluxo econômico num nível mais elevado, a fim de perseguir o pleno emprego. Capitalismo é sistema econômico que somente se move mediante consumo de massa e isso foi inaugurado pela Revolução Industrial e Agrícola a partir de 1750. Agora essa Revolução caminha para sua quarta etapa com a robótica e os sistemas sensoriais que projetam ainda maior capacidade de produção. O apoio com medidas promotoras da demanda agregada, dado o contexto de alta concentração de renda e baixo consumo do capitalismo brasileiro, enfeixa a possibilidade de superação da presente crise econômica. E é aqui que se enquadra a discussão da PEC 55<sup>2</sup>, agora em tramitação final no Senado Federal.

No discurso oficial, a PEC 55 propõe uma limitação do teto de gastos públicos do orçamento por um período de 20 anos. Já foi aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados com 3/5 dos congressistas. O objetivo declarado é evitar que os gastos cresçam acima da inflação pois nisto se entende uma fonte permanente de desajuste. O problema é que a arrecadação tributária declinou e as despesas públicas permaneceram no mesmo patamar gerando um desequilíbrio persistente nos últimos três anos. O déficit público se tornou cada vez maior. Ele é tido por venerável suposição como razão principal à ascensão inflacionária, dado a necessidade de emissão de moeda e de títulos públicos. E é preciso controlá-lo de alguma forma. Mas, é esta forma de combate que suscita as maiores controvérsias. A limitação das despesas pode prejudicar os três gastos mais importantes para a majoritária população trabalhadora mais necessitada: educação, saúde e assistência social. E sem mencionar que pode reprimir a função do Estado como vetor contra cíclico, prolongando por anos afora os sacrifícios da recessão.

O diagnóstico da presente crise inicia pelas desonerações tributárias concedidas às empresas durante o governo anterior. Elas não reduziram preços, no mínimo preservaram sua fatia de lucro que serviu muito mais para a geração de caixa do que à promoção de investimento. Por sua vez, o Estado ficou desprovido de arrecadação. Porém, um fator que raríssimo se cogita é a arrasadora inflação incidente sobre alimentos e bebidas, decorrente de quebras contumazes de safras agrícolas de grãos e hortifrutigranjeiros que forçou a maioria da população trabalhadora mais pobre a gastar seus rendimentos de salário com a compra mais urgente de alimentos, diminuindo a renda a ser dispendida com o comércio de gêneros não perecíveis. As vendas do comércio declinaram abruptamente e isso repercutiu sobre as finanças de governos estaduais, municipais e federal. Não se leva em conta o peso acentuado de pelo menos 1/3 do salário no gasto com alimentos e bebidas para quase metade da classe trabalhadora brasileira.

Desoneração tributária, queda no preço dos produtos primários no mercado internacional, pronunciada inflação no preço dos alimentos e bebidas e a intensificação dos distúrbios climáticos que reduziram drasticamente os reservatórios das hidrelétricas com

---

<sup>2</sup> PEC: Projeto de Emenda Constitucional.

elevação do preço da energia elétrica concorreram para a queda da arrecadação tributária da União e a diminuição do investimento público. A saída é pelo controle dos gastos correntes com o fluxo econômico e não com a redução do fluxo especulativo dos bancos via compra de títulos públicos que satisfaz o rentismo de 1% da população que vive de juros.

Se os gastos públicos estão limitados por um teto e apenas corrigidos pela inflação, significa uma atualização de um valor do passado somente transportado para o presente que na verdade permanece o mesmo em termos reais. Representa em verdade um congelamento da despesa e a impossibilidade de manter a demanda agregada seja com consumo das famílias ou com investimento público. A população continua crescendo, bem como o número de jovens que chega ao mercado de trabalho todos os anos por isso as pressões por educação e saúde tendem a se elevar. Os gastos com saúde são diminutos perto das urgências sociais e o SUS é precário para atendimento às populações. Os gastos previdenciários vão aumentar por causa das pessoas que vão continuar a se aposentar até por precaução diante do receio do que está por vir. Haverá uma compressão dos demais gastos e uma decorrente disputa política pelos recursos que sobraram para aplicação. Gastos com benefícios de prestação continuada, fundos de atendimento ao desemprego, bolsa família serão pleiteados pelos grupos políticos mais poderosos e influentes junto ao Poder Legislativo e Executivo em detrimento da população mais pobre sem organização.

APEC 55 não conseguirá aturar os dois anos de mandato do Governo Temer pelo motivo de que é impossível congelar gastos diante de necessidades sociais crescentes e mal atendidas. Quando os congressistas perceberem o fracasso, eles próprios vão desdizer o que disseram, o que é comum na política partidária brasileira quando se avizinham as eleições. Enquanto isso, os juros permanecem sagrados em virtude do dogma monetarista que testifica, sem olhar para outras causas, que é com juros altos que se detém a inflação contendo a demanda e o emprego e acabam eles sendo o maior gasto garantido pelo Estado por assegurar aos rentistas uma remuneração real superior à própria inflação e com risco praticamente zero quando se adquirem títulos públicos. Nem com repressão política truculenta o presente governo vai conseguir tapar com rolha o vulcão das reivindicações da população por não ter legitimidade para isso.

Por fim, cabe uma consideração teórica, porém pertinente ao tema. Esta discussão sobre PEC oculta um debate. A atuação da mão invisível, alegoria concebida por Adam Smith, ao contrário do que é amparado pelos economistas de perfil ortodoxo, não proporciona a harmonia preconizada entre o egoísmo dos interesses e o bem estar social das pessoas. A busca da maximização do lucro, o procedimento individualista obediente à suposta racionalidade dos agentes econômicos – empresas, trabalhadores assalariados e consumidores – pode engendrar crises a despeito da fé no eficiente funcionamento das forças automáticas que acreditam equilibrar os mercados. A longa crise de 1929 foi a negação da perfeição dos mercados. Nesse contexto, surgiu John Maynard Keynes com a obra Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda em 1936, assinalando as deficiências da demanda efetiva.

Não foi ostentação intelectual. De outro modo, a aplicação de leis de mercado, sem a presença do Estado, num contexto de extrema desigualdade, somente vai aprofundar a crise econômica num labirinto no qual não se encontra a saída. A plena liberdade do mercado com suas forças espontâneas e automáticas conduz ao acirramento da concentração da renda e das riquezas. Pertence ao princípio do capitalismo entre o século XVIII e XIX e não mais ao contexto presente dominado por capital financeiro e grandes oligopólios.

## REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Disponível em: <[http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER\\_A4-28.10.15-Online.pdf](http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **A travessia social**. Disponível: <<http://veja.abril.com.br/complemento/pdf/>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego do juro e da moeda**. (Coleção Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1996. Capítulo 3 - O Princípio da Demanda Efetiva. p. 59-66.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. (Coleção Os Economistas) São Paulo: Abril Cultural, 1996. Capítulo II - Restrições à Importação de Mercadorias Estrangeiras que Podem Ser Produzidas no Próprio País. p. 430.

A **JANELA ECONÔMICA** é um espaço de divulgação das ideias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores, e as ideias nele inseridas não necessariamente refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.